

MOVIMENTO SOCIAL RURAL: perspectivas diante da crise estrutural

Thaynara Moreira Botelho¹
Rodrigo da Costa Caetano²

Resumo

Considerando a relevância assumida pelas resistências ao processo de modernização ao longo dos anos em países marcados por uma estrutura periférica em relação ao capitalismo mundial, a presente proposta visa analisar perspectivas do movimento social rural em um cenário de crise estrutural do capital. Com o limite histórico do modo de produção capitalista, seres humanos que supostamente não correspondem à rentabilidade ampliada do capital estão encontrando alternativas para sobrevivência, como no caso das famílias do assentamento Zumbi dos Palmares - RJ, localizado entre os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoama. Trata-se de um estudo de cunho teórico, histórico e empírico cujo enfoque geográfico sob uma abordagem qualitativa lhe confere os elementos para uma reflexão corrente na geografia agrária brasileira quanto à luta pela terra e às formas de resistência do campesinato.

Palavras-chave: Movimento social rural, Capitalismo, Resistências.

Introdução:

Na contemporaneidade, o nível da socialização e produção do trabalho é insuficiente para permitir que o capitalismo continue operando com altos índices de lucro. A sobrevivência do capital, por meio do “fictício”, também já se encontra no limite porque já prolongou a sua vida para além das suas possibilidades reais e está consumindo antecipadamente seu futuro com o binômio financeirização-especulação. Pelo limite intransponível do capitalismo, o ser humano, expulso do mundo do trabalho, se depara tanto com a separação do produto quanto dos meios de produção (JAPPE, 2006).

A crise do modo de produção se refere a uma decadência histórica de todo o sistema, a contradição que se apresenta com o emprego tecnológico permite que as operações aconteçam de forma parcial, pois “a automação completa da grande indústria não é possível no capitalismo tardio³” (MANDEL, 1985, p. 398). A crise estrutural deriva do desenvolvimento integral do

¹Doutoranda em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: thaynarambotelho@gmail.com

²Doutor em Geografia. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. E-mail: profrodrigouenf@gmail.com

³ Nesse ponto, vale destacarmos que o sentido de tardio elencado pelo autor se refere à forma senil do sistema.

sistema produtor de mercadorias, por isso, precisa ser entendida em seu sentido global, que abarca todos os meios e relações, da esfera da produção de mercadorias à de limitação das políticas sociais operadas por aparelhos estatais. A irracionalidade do capitalismo ameaça a continuidade de toda a civilização humana, ainda porque o Estado “não possui nenhum meio primário de regulação, mas depende do meio do mercado, isto é, do dinheiro” (KURZ, 1997, p. 103).

Como formas de resistências ao processo de inovação e “racionalização do capital”, as lutas de alguns movimentos sociais ganham força ainda que, contraditoriamente, com os enfraquecimentos das mobilizações ocasionadas desde a ditadura civil- militar iniciada em 1964 no Brasil. Assim, nesse contexto de exceções, os movimentos sociais foram se reinventando, construindo traços característicos⁴ de auto-organização, como no meio rural, resistindo e prezando pelas normas comunitárias, expectativas e sentimentos de obrigação de vizinhança, que também reverberam nos usos sociais das terras. São demandantes de um processo histórico cultural em que a participação popular é sinônimo de prática social intrinsecamente ligada ao conjunto das manifestações culturais, associativas e espontâneas de mulheres e homens, revelando os seus modos de viver e pensar a vida (GONÇALVES, 2012).

O desenvolvimento do território-terra, vida e luta, é feito pelo e a partir do próprio movimento, porquanto ocorre nas experiências cotidianas em sentido horizontal e de maneira espontânea. O que motiva os sujeitos a se revoltarem é a incessante tentativa do capital de separar trabalho e vida, resultando na perda da própria liberdade e das formas simples de viver nos seus territórios (VARGAS, 2007).

As expressões de símbolos, imagens e representações desempenham papéis importantes na dinâmica histórica e geográfica dos assentados da Reforma Agrária, por exemplo. As experiências sociais dos grupos ligados à luta pela terra, como no caso das Ligas Camponesas na década 1950 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde a década de 1980, possuem traços em comum com as experiências dos milhares de camponeses e artesãos que experimentaram degradações nas suas condições de vida na Europa a partir da Revolução

⁴ Contudo não temos a pretensão de desconsiderar as contradições presentes dentro do próprio movimento uma vez que, existe o aprofundamento do fetichismo desde o período de reificação do capital. Numa sociedade capitalista, as formas de alienação e contradição estão presentes nos espaços geográficos, econômicos, históricos e culturais em que estes grupos vivenciam, não existe homogeneidade no movimento. Todavia, existem experiências que se assemelham ainda que não estejam situadas no mesmo espaço geográfico e com as mesmas igualdades de oportunidades e condições. Dessa forma, há que considerarmos que “[...] o fetichismo não é apenas uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da própria realidade” (JAPPE, 2006, p.32-33).

Industrial. A repressão e a intolerância por parte de agentes do Estado e dos latifundiários às formas de culturas e costumes dos movimentos sociais rurais foram e são vivenciados constantemente por esses sujeitos. A assistência mútua, típica de territórios tradicionais, é cooptada em nome do “progresso” da área rural. (MOTTA; ZARTH, 2008).

A escolha por analisar o assentamento Zumbi dos Palmares foi por ser bastante emblemático enquanto o maior do estado do Rio de Janeiro e marcar a entrada do MST na região. Assim como as Ligas, o movimento social rural em análise obteve influência de grupos de religiosos ligados à luta pela terra (GONÇALVES, 2012).

Configuração de Movimentos Sociais ao longo dos anos no Brasil

Na década de 1970 existiu uma real integração por dentro do ordenamento capitalista, apesar dos esgotamentos dos estados de bem estar nos países centrais. Havia um horizonte expansivo, tanto que foi nessa época que se deu a ascensão das reformas sociais de base no Brasil. Contudo, devido à marcha desacelerada do capitalismo em nível mundial, essa integração ocorreu num curto período de tempo. Os países que se intitulavam “países do futuro” estavam com o porvir comprometido apesar das esperanças, pois a falsa consciência de se tornarem prósperos e condenados a darem certo misturava um pouco de mitos com milagres que mais tarde desembocaria em frustração para alguns que ainda continuavam esperando um encontro com o futuro próspero e desenvolvido (RIDENTI, 2013).

O aumento da “exclusão social” diz respeito a um processo gestado ao longo dos anos e não apenas a uma condição social do presente. A fratura brasileira, conforme salientou Arantes (2004), ou as veias abertas⁵ da América Latina de Galeano (2009), ou a gênese derivada, como ponderou Palma (1993), ou, ainda, o “sentido” da colonização, consoante a Prado Junior (1970) se referem às reais condições dos países situados na periferia do capitalismo como um resultado histórico e programado.

Em contrapartida às ideologias de “progresso” e desenvolvimento que ganhavam espaços nos países periféricos em meados do século XX, alguns movimentos sociais latino-

⁵ “É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu, ou mais tarde, norte-americano, e como tal tem se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo” (GALEANO, 2009, p. 5).

americanos produziram formas de resistências ao processo de “modernização da vida societária” (THOMPSON, 2015). No momento em que o capitalismo industrial se desenvolveu em territórios condicionados inferiormente na divisão internacional do trabalho, a ideologia nacional-desenvolvimentista ganhou força em países como o Brasil, o qual ainda acreditava que o “progresso” viria nos moldes do ordenamento estatal territorial-ambiental capitalista. O presidente do Brasil na época: Juscelino Kubitschek, seguindo os ideais desenvolvimentistas, afirmava que seria possível preservar a “paz social” via modernização rural (MONTENEGRO, 2010).

A industrialização não significava a integração de um largo desenvolvimento econômico, não obstante a emancipação relativa pelo acesso à mercadoria e do trabalho assalariado dispor de um horizonte, ainda que se desse de forma ideológica e temporária. Sob o prisma regional e social, a industrialização aguçou a concentração de renda e de terras, a riqueza gerada não se irradiou, pelo contrário, se concentrou no Sudeste e consolidou os desníveis sociais. Na tentativa de industrializar o Nordeste e gerar mudanças nas relações sociais e políticas, Kubitschek aprovou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), acirrando a disputa entre a mudança e a permanência da vida no campo. As inovações capitalistas acoplavam o “desenvolvimento industrial” sem ter a preocupação com as condições de vida do operariado e com as vivências que estavam se desfazendo na área rural. (SCHWARZ, 2005).

Nessa conjuntura, a “modernização brasileira” foi intensificada, o aumento de indústrias gerou transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas, geográficas e culturais. Os camponeses perderam espaço com a industrialização e foram se transformando em operários na década de 1960. O êxodo rural, a “expropriação” dos meios de produção e a exploração da força de trabalho formavam a “riqueza” da burguesia industrial. Com isso, movimentos sociais rurais se destacaram, como foi o caso das Ligas Camponesas, - antiga Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) - criadas pelos trabalhadores rurais com o intuito de atender aos interesses dos camponeses daquela região (MONTENEGRO, 2010).

A mobilização desse segmento societário, além de se expandir em um curto período de tempo, passou a ser composta por diversificadas categorias de trabalhadores que incluíam desde foreiros até pequenos proprietários com seus respectivos símbolos, solidariedades e maneiras simples de expressar e viver em comunidades. A radicalidade do movimento camponês não era induzida por fatores externos, todavia marcada pela espontaneidade que se liberava

do esgotamento de certas relações de dominação paternalistas e patrimonialistas que “existiam” no campo. O termo “camponês” era utilizado para expressar as vivências e culturas dentro das comunidades, também era utilizado em rebatimento aos adversários adeptos da modernização, denominado pelas “Ligas” de latifúndios improdutivos e decadentes. (SCHWARZ, 2005).

As formas de organização dos camponeses aconteciam nos espaços comunitários, suas bandeiras contestavam a violência no latifúndio, contrapunham a miséria que assolava grande parte daquela população pela expropriação das terras e reivindicavam melhorias nas condições de trabalho no campo. As “Ligas Camponesas” se insurgiram contra⁶ os proprietários rurais, criticando publicamente, em passeatas e mobilizações, a precariedade e o aviltamento majoritário dos trabalhadores rurais do Nordeste. Nessas “movimentações”, o Nordeste presenciou uma luta campesina na qual se mostrou que a linguagem das massas era expressiva. Na tentativa de romper com o discurso oligárquico e patriarcal, a mobilização dos trabalhadores rurais tornou-se, no final da década de 1950, um símbolo de resistência à modernização rural (que gerava o enfraquecimento das formas de vida em comunidades). (RIDENTI, 2013).

A apropriação das terras favoreceu à expansão da fronteira agrícola capitalista e a concentração de terras em alguns países latino-americanos, acirrando a desigualdade social. Aos latifundiários era permitida a concentração quantitativa e qualitativa das terras, o acesso ao crédito, à tecnologia, aos mananciais e às vias de comunicação. Para os camponeses, o campo que antes era fonte de trabalho passou a ser lugar de opressão.

Nas comunidades, a cultura espalhou-se em experimentos coletivos e experiências marginais de mulheres e homens que estavam se auto-organizando. Na década de 1960, com os ensaios populares em curso, aumentou o envolvimento dos movimentos religiosos de cunho libertador nos países latino-americanos. Assim, se formaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), compostas pelos comunitários que se reuniam para rezar, cantar, comemorar, dialogar, ler a Bíblia e discuti-la, de acordo com suas experiências de vida por conta da significância na práxis. Destacavam como um dos pontos negativos da modernidade (advinda com o capitalismo industrial) a destruição dos elos tradicionais nas quais populações inteiras eram desarraigadas

⁶ No documentário “Francisco Julião: na lei ou na marra” é possível perceber a indignação dos camponeses que perderam suas liberdades no campo. Por isso, as massas em movimento formaram uma grande tensão no meio rural através de marchas e ocupações com o objetivo de recuperarem suas terras. Junto com líderes esquerdistas, lutavam em prol da Reforma Agrária, que deveria ocorrer através da expropriação das terras dos latifundiários seja através da “lei ou da marra”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=43n2sfBy0Ho>>. Acesso em: 15 maio 2016.

de seus ambientes rurais e de suas identidades territoriais. Por isso, os objetivos das CEBs (além da motivação religiosa) era a constituição de uma comunidade solidária. (WANDERLEY, 1993).

Já o assentamento Zumbi dos Palmares obteve grande influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a proposta educacional se pauta na busca por uma “Educação do Campo” baseada nos Cadernos do MST, mas esta perspectiva vem perdendo espaço diante das parcas políticas sociais direcionadas aos assentamentos.

Na época das Ligas, a prática da educação popular proposta por Paulo Freire também ganhou espaço num momento em que as experiências comunitárias espontâneas aconteciam no Brasil. Malgrado ter sido incentivada inicialmente para alfabetizar as massas no intuito votarem e contribuírem para aceleração da modernização no campo num curto período de tempo, as experiências de educação popular contribuíram para que as massas pensassem na realidade em que viviam pela “reflexão-ação” (FREIRE, 1987, p. 42) que se diferenciava da educação formal bancária.

Com a educação popular, ao invés de aprender prostrado, os camponeses aprendiam com suas práticas sociais, se reuniam dentro das comunidades, trocavam experiências, discutiam as ações que deveriam ser realizadas, cantavam, faziam teatro etc.

As transformações societárias em curso permitiram o ingresso marginal de camadas populares no processo mercadológico do capital, entretantes a inserção foi insuficiente para abarcar todos que tiveram suas vidas desestruturadas e que foram obrigados a compor o operariado urbano-industrial. Com isso, muitos movimentos de massa, furiosos com a perda de liberdades, continuaram lutando para que não perdessem as vivências dentro dos seus territórios, marcados por subjetividades de um modo de vida social que traziam na memória (ARANTES, 2004).

As resistências das massas, a partir das experiências com os grupos de cultura, foram relevantes devido às formas de organização de mulheres e homens nos seus territórios; as decisões eram tomadas pelas próprias massas pelo diálogo (essência da educação como prática da liberdade) e da “reflexão-ação” (FREIRE, 1987).

As experiências populares dos movimentos sociais (sobretudo os rurais pela estrutura do país ser tipicamente agrária até a implantação da ditadura) eram marcadas por espontaneidades no fazer política do movimento e pelas lutas e resistências contrárias à “racionalidade” expressa pela modernidade (representado pelo capitalismo industrial). Os

ordenamentos industriais foram de grande magnitude, de forma que se tornaram traumáticos para os seres humanos que perderam as terras no campo e sentiram as mudanças desde o simples fato de criar os filhos com os impactos ambientais. (SENNETT, 1998).

Os efeitos produzidos pelos vinte e um anos ditatoriais (1964-1985) no Brasil se destacam pelo enfraquecimento⁷ de movimentos sociais no que tange aos traços comuns de partilhas, trocas e formas de expressar a vida pela prática social. Os espasmos da violência permanecem na sociedade, a ditadura conseguiu cumprir, relativamente, o objetivo de diminuir as formas de organização espontâneas das massas. Depois de atingir suas metas, ela se retira, mas continua produzindo efeitos regressivos da vida social. O que restou da ditadura não foram patologias residuais.

Hodierno, há também a necessidade vital das massas de organizarem novas formas de sociabilidade. Para esses seres humanos (considerados “rebeldes” ou “vândalos” por parte da grande mídia), o futuro não é mais o que era para os revolucionários históricos; o ordenamento capitalista não é mais capaz de “integrá-los” à sociedade mercadoria, o “mundo do trabalho” já se desmoronou, apesar do discurso do presidente Temer bastante “ventilado” nas mídias de “colocar o país nos trilhos”.

De tal modo, o capitalismo toma para si as reivindicações populares por meio da institucionalização, “estabelecendo regras do jogo do próprio regulamento do conflito. Dando aparência de equilíbrio e de força, o Estado procura conciliar os interesses em conflito” (FALEIROS, 2000, p. 56).

Com os desdobramentos e a falta de materialidade do capital, a transcendência do trabalho morto sobre o vivo se tornou “um domínio da morte sobre a vida, e este é um dos sentidos mais elementares da fase tardia do capitalismo” (MENEGAT, 2008, p. 148). Como consequências desse processo, o Estado restringe suas funções sociais. Assim, a crise da modernidade, na ausência de alternativas para a sua superação, se manifesta na “barbárie”. Os

⁷ O filme “Cabra marcado para morrer” dirigido por Eduardo Coutinho é uma interessante produção sobre as lutas camponesas que ocorreram na década de 1960. As gravações desse filme foram iniciadas no início desta década mostrando a espontaneidade nas organizações, prática política e resistências dos camponeses no cenário pré- ditatorial, onde ainda era possível se auto- determinarem. Com a instauração do golpe militar e toda a repressão por ele mantida, as filmagens tiveram que ser interrompidas, sendo retomadas apenas em 1981. Quando o cineasta retoma as gravações, já não encontrou mais a efervescência social das Ligas, os que sobreviveram à ditadura perderam suas formas de auto- organização e lutas, se tornaram pessoas isoladas, fragilizadas, cheias de medo e mágoas de toda repressão e dissolução das comunidades em que viveram no período ditatorial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM>. Acesso em: 01 jan. 2016.

movimentos sociais fazem parte de uma massa “sobrante” e são incitados a reinventar sua estrutura de vida no cotidiano. Os elementos embrionários de uma alternativa histórica estão presentes nos segmentos que vivenciam situações de profundos carecimentos materiais pela inexistência de saídas definitivas para suprir as necessidades das massas a longo prazo neste sistema vigente.

A partir dessas limitações, a crise se agrava e as políticas sociais se tornam cada vez mais focalizadas na pobreza extrema. Com a (ir)racionalidade gerada pelo seu próprio desenvolvimento, o capitalismo criou uma enorme massa humana que se tornou excedente à lógica do capital. As massas “sobrantes” não fazem mais parte de um Exército Industrial de Reserva⁸ (EIR) que de alguma forma seriam inseridas novamente no mercado, mas se quisermos continuar falando em EIR devemos “considerá-lo de tal modo excessivo que já se tornara, a rigor, inintegrável, constituindo-se num imenso reservatório de anomia e apatia política” (ARANTES, 2004, p. 41).

Nesse sentido, as formas de resistências, muitas vezes, estão se dando por fora das vias institucionalizadas, logo, torna-se pertinente refletirmos sobre quais são as circunstâncias históricas que fazem essas massas resistirem. Diante das ausências de respostas significativas por parte do Estado, as demandas populares têm superado a capacidade e a vontade de respostas do governo. Alguns movimentos sociais contemporâneos têm em comum o fato de se organizarem pelas vias marginais, com o objetivo de formarem processos de luta, que contrastam às mais diversas opressões e espoliações vivenciadas no cotidiano.

Na atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, traça estratégias de sobrevivência que perpassam a luta pela terra, indo além de sua distribuição. A ampliação do projeto do MST para o campo e a sua articulação com outros movimentos sociais revelam mais do que a capacidade de reinvenção do movimento, pois se trata de uma necessidade da resistência para (re)existência de suas perspectivas e adesão de outros movimentos da sociedade.

Alguns movimentos sociais estão sendo obrigados a organizarem ações coletivas diante das forças conjunturais oportunistas do grande capital. O MST, criado em 1984,

Passou pela retomada da luta camponesa numa situação histórica em que, praticamente, quase não havia camponeses e em que a reforma agrária fora substituída

⁸“Segmento populacional que, na fase competitiva do capitalismo serviu para manter constante a oferta de força de trabalho nos ciclos periódicos de expansão da economia, quando a “reserva” era incorporada” (PALMA, 1993, p. 42).

por uma modernização conservadora do campo, que preservou o latifúndio e a agro-exportação. Esta luta foi empunhada tanto pelas massas que estavam sendo pressionadas por esta expansão da agricultura modernizada, assim como pelas que já tinham sido expulsas do campo, na sequência de um movimento sistêmico que se repetia com intensidade desde os anos cinquenta e deixava o vácuo inercial da sua repetição como rastro pelas diferentes regiões do interior do país (MENEGAT, 2012b, p. 8).

O MST tem como lema: “*ocupar, produzir e resistir*”; em sua organização exercem atividades que vão da sementeira de culturas até a organização de escolas para as crianças e alfabetização de adultos. Na ausência de uma estrutura capaz de lhes proporcionar condições mínimas de sobrevivência, estão procurando formas de resistências marginais (MENEGAT, 2012).

As experiências do passado são importantes para se pensar nas práticas atuais. No Brasil, alguns movimentos sociais vêm proferindo ações que combinam elementos típicos das lutas tradicionais da história com novas formas de lutas diante das ramificações da crise estrutural.

O MST nasceu de uma proposta de luta no campo brasileiro, se baseou na movimentação e práticas de organização das Ligas Camponesas no meio rural e se configurou em lutas pela sobrevivência dos trabalhadores rurais em oposição as injustiças geradas pelo latifúndio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) influenciou positivamente o MST no que tange ao quesito infra estrutural e, sobretudo, na contribuição filosófica e religiosa sobre o entendimento conceitual da Reforma Agrária. Assim como as CEBs na década de 1950, a CPT nos anos 1980 teve grande aceitação no meio rural porque soube respeitar o modo de pensar, expressar e de organizar do movimento (LEWIN, RIBEIRO, SILVA, 2005).

No final da década de 1990, o MST se expandiu e chegou ao estado do Rio de Janeiro. A primeira e maior ocupação aconteceu na antiga Usina São João, situada nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. Antes da vinda, o movimento se organizou e realizou um levantamento topográfico e jurídico da área. No dia doze de abril de 1997⁹, chegaram ônibus e caminhões com aproximadamente duzentas famílias. Na primeira semana, os ocupantes se preocuparam com a estruturação interna do território. Para tanto, as famílias foram divididas em seis grupos: 1) Coordenação geral do acampamento; 2) Coletivo da disciplina/ segurança; 3) Coletivo de educação; 4) Coletivo de saúde; 5) Coletivo de alimentação e 6) Coletivo de trabalho (LEWIN, RIBEIRO, SILVA, 2005).

⁹ Em 1997 a atuação do MST atingiu o coração da região, quando foram ocupadas as terras da usina São João, situada a 7 km do centro de Campos dos Goytacazes.

A ocupação se transformou em assentamento¹⁰ depois de cinco anos devido à intensa mobilização e resistência das famílias que ocuparam a região. As lutas são expressões concretas dos enfrentamentos sociais contra à ordem. Em Zumbi, as formas de mobilização, no seu período inicial, se davam através do diálogo e das associações coletivas. Assim que houve a ocupação do território, o movimento estava articulado e lutava para a implementação de políticas sociais que garantissem direitos sociais. Uma das bandeiras e coletivos de luta era pela implantação da Educação do Campo. Esta proposta é uma das bandeiras do MST em nível nacional e está baseada nos princípios da Educação Popular.

A Educação do Campo é um projeto alternativo que visa a construção de uma nova pedagogia. Leva em consideração às instrumentalidades necessárias ao processo de aprendizagem, tem como objetivo a formação de uma consciência crítica. Pondera que a luta deve ser uma forma de expressar direitos, deveres e de resgatar a história e memória cultural do movimento. Por esta proposta de educação, o movimento vai construindo alternativas de permanência no campo (VARGAS, 2007).

Considerações finais

A partir das análises engendradas, concluímos que os movimentos sociais rurais devem ser estudados, terem voz e serem ouvidos tendo em vista às estratégias que desempenham frente à lógica perversa do capital, por vezes “legitimada” com o discurso ideológico da “modernização da vida societária”. Por meio das conquistas territoriais, os movimentos sociais rurais afirmam e reafirmam suas identidades, criando e recriando sua própria existência. Na ausência de uma estrutura capaz de lhes proporcionar condições de vivência, estão encontrando formas de resistências em um cenário de crise estrutural do capital.

As conflitualidades no campo são formadas a partir das lutas pela terra e a formação da identidade territorial não se restringe ao espaço físico, engloba os espaços culturais, sociais, econômicos e políticos. Assim, os camponeses fazem parte de um processo dinâmico no qual estão sujeitos ao que Chelotti (2010) chama de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). A territorialização diz respeito ao processo de criação de territórios, a sua destruição (ainda que temporária) é sinônimo de desterritorialização e a recriação é

¹⁰ A área geográfica do assentamento compreende 8.500 hectares de terra que foram transformadas em lotes e distribuídas para mais de quinhentas famílias.

marcada pela reterritorialização. Contudo, devido às particularidades de cada movimento social, essa tríade não deve ser pensada e analisada como se fosse uma fórmula.

O conhecimento das formas de resistências de movimentos sociais é imprescindível. Na modernidade, as formas abstratas de dominação se aprofundam, exigindo das massas a realização de resistências estratégicas. Com a ir(racionalidade) do sistema, a crise estrutural global expõe a inadequação das políticas sociais ofertadas pelo Estado sob as circunstâncias da crise sistêmica do capital que se encontra sem uma materialidade capaz de o sustentar.

Essa análise aventada não se trata de dar um simples lume ao passado, mas do esforço de buscarmos referências que nos façam refletir sobre a necessidade compreendermos experiências de resistências dos movimentos sociais rurais frente a um longo processo de crise estrutural do capital.

Referências Bibliográficas

ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade e Natureza*, v. 22, p. 165-180, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/12.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

FALEIROS, V. de P. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GONÇALVES, R. L. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ**: uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Programa de Pós- graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Tradução de José Miranda Justo. Portugal: Antígona, 2006.

KURZ, R. **Os últimos combates**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEWIN, H.; RIBEIRO, A. P. A.; SILVA, L. S. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. FAPERJ, 7 letras. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Ed. Ltda, 2005.

MANDEL, E. P. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Brasil Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, K. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural Ltda. Livro 2, v. 1, tomo 1, 1996. (Os Economistas).

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie - como a esquerda social pode enfrentar esta questão? **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, PPGSS/ UFRJ; 2008. p. 146 -177.

_____. Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. 2012. In. BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 101-121.

_____. Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina. In: **VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER**: sociedade civil, 2012b, Uberlândia. Disponível em <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/005.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015. p. 8-24.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de Revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2010. p. 243- 269.

MOTTA, M; ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidades de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Unesp, v. 2, 2008.

PALMA, D. **A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1993.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: F., J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2013. p. 135-164.

SCHWARZ, R. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 8. reimpress. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARGAS, L. A. A. **A questão agrária e o meio ambiente: trabalho e educação na luta pela terra e pela sustentabilidade**. 2007. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 1993.